

19 SET 1961

Transigência e perda do poder

Da confusão casmurriana que se instalou na Constituinte, bem como da fragmentação do carro-chefe que deveria ser o PMDB, em grupos, grupinhos, subgrupos e correntes, uns adentrando e colidindo com os outros, resulta patente que ali predomina, mais que tudo, o propósito de tomada apressada do poder das mãos do Presidente, servindo de gazuza à nova Constituição a ser elaborada.

São minorias os que assim pretendem, mas exemplarmente atuantes e agressivos. De um lado, as esquerdas efetivas, mais coerentes, que adotaram o caminho de enfraquecer, primeiro, a autoridade do Presidente, reclamando na praça públicas novas diretas-já, idéia sem casca nem caroço, que felizmente o povo já repeliu; para, depois, prosseguirem na ação deletéria e revolucionária que insemnam na massa despreparada, cooptada pelas organizações eclesiais, suas aliadas, cujos chefes parece que ainda estão em cruzeiro de instrução na meca do comunismo. Assim agem, sem pressa, favorecidas pelo clima de democracia e liberdade política ins-

taurado pelo poder que querem destruir.

Do outro lado, correndo na mesma direção de tomada do poder, por uma trilha diferente, estão as lideranças progressistas do PMDB, chamados os néo-parlamentaristas, muitos dos quais só vieram a saber o que era isso quando chegaram à Praça dos Três Poderes. Querem mudar o regime, para minimizar a função e a autoridade do presidente da República, apossando-se eles próprios do poder, da caneta, do Diário Oficial e das chaves do tesouro.

Porque, na verdade, parlamentarista de fato, neste País, só houve um, o saudoso sr. Raul Pilla, que viveu quarenta e cinco anos de atividade política e parlamentar, como um dom-quisote dos pampas, carregando um chapéu, uma pasta e o sonho que herdou do federalismo gaúcho. Seu grande dia surgiu, em 61, quando os ministros militares vetaram a posse de Jango, em mensagem dirigida ao Congresso, e Pilla foi chamado para elaborar a famosa Emenda Pilla, que tirou o sofá da varanda e restituiu a paz. Mas,

ainda assim, esta continha um artigo que mandava realizar um plebiscito, antes da eleição de um novo presidente, para auscultar o verdadeiro pensamento do povo. E o plebiscito, feito, restituiu o País ao presidencialismo. Comentando o retorno, Pilla, em 63, declarou que o povo não teria condições de votar acertadamente porque não conhecia, suficientemente, o sistema parlamentar.

Com que direito, se insiste tanto, agora, em instituir o regime parlamentar, se o povo não foi ouvido, se nenhum dos partidos fez sua campanha em cima dessa tese, se disso não se falou nem em comícios nem nos meios de comunicação, e nem o Presidente nem a Assembléia Constituinte tem competência para mudar o regime político do País sem ouvir, previamente, o povo pela forma mais abrangente que é a da consulta popular?

O que tem havido é muita transigência do Planalto, deixando o que do meio da praça se agrida o titular do Poder Executivo, quando a regra política e civilizada é a do respeito mútuo. E transigência em excesso conduz à perda do poder.